



## QUANDO A IDENTIDADE RACIAL DO PESQUISADOR DEVE SER CONSIDERADA: paridade e assimetria racial

*Lia Vainer Schucman<sup>1\*</sup>*

*Eliane Silvia Costa<sup>2\*\*</sup>*

*Lourenço Cardoso<sup>3\*\*\*</sup>*

### RESUMO

Paridade ou assimetria racial em pesquisas acerca de relações raciais são os temas principais deste artigo, o qual foi escrito a partir de experiências de uma pesquisadora branca que entrevistou sujeitos brancos e negros, de um pesquisador negro que conviveu com pesquisadores brancos portugueses, e de uma pesquisadora negra que teve seu campo de pesquisa voltado para sujeitos negros. As experiências dos autores, demonstraram que tanto a paridade racial quanto a assimetria racial na interação dos pesquisadores com os diferentes sujeitos nos estudos de relações raciais podem ser importantes para emergir diferentes aspectos das relações raciais brasileiras, cada qual colabora de forma singular com esse que é um campo de pesquisa que ainda precisa ser ampliado no Brasil.

**Palavras-chave:** Metodologia de pesquisa; Paridade e Assimetria; Brancos. Relação entrevistador-entrevistado.

### *WHEN THE RESEARCHER'S RACIAL IDENTITY MUST BE TAKEN INTO ACCOUNT: PARITY AND RACIAL ASYMMETRY*

### ABSTRACT

Parity and racial asymmetry in researches on racial relations are the main subjects of this paper, which was written based on experiences of a female white researcher who interviewed white and black people, of a black male researcher that lived among white Portuguese researchers, and of a black woman researcher who did her research on black people. The authors' experiences show that both racial parity and racial asymmetry throughout the researchers' interaction with different people in the studies of racial relations can be important to highlight different aspects of the Brazilian racial relations. Each one input in a singular way in this particular area of research that still has to be enhanced in Brazil.

---

<sup>1\*</sup>Psicóloga, especialista em questões ligadas à temática étnico-racial, raça e racismo, doutora pelo Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP). Contato: liavainers@gmail.com

<sup>2\*\*</sup>Psicóloga, especialista em Saúde Mental e em questões ligadas à temática étnico-racial, doutora pelo Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP (IPUSP), membro do Laboratório de Estudos em Psicanálise e Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP (LAPSO-IPUSP), trabalha em consultório particular. Contato: erigby@uol.com.br

<sup>3\*\*\*</sup>Doutorando em Sociologia pela Unesp-Araraquara, Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Bacharel e Licenciado em História pela PUC-SP. Contato: lourencocardoso@uol.com.br.



**Keywords:** Research Methodology. Racial Parity and Asymmetry. Whiteness. Interviewer and interviewed relations.

### *CUANDO SE DEBE CONSIDERAR LA IDENTIDAD RACIAL DEL INVESTIGADOR: PARIDAD Y ASIMETRÍA RACIAL*

#### **RESUMEN**

Paridad y asimetría racial en investigaciones sobre relaciones raciales son los temas principales de este artículo, el cual fue escrito a partir de experiencias de una investigadora blanca que entrevistó sujetos blancos y negros, de un investigador negro que convivió con investigadores blancos portugueses, y de una investigadora negra que tuvo su campo de investigación dirigido hacia los sujetos negros. Las experiencias de los autores demostraron que tanto la paridad racial como la asimetría racial en la interacción de los investigadores con los distintos sujetos en los estudios de las relaciones raciales pueden ser importantes para levantar diferentes aspectos de las relaciones raciales brasileñas. Cada cual colabora de forma singular con este campo de investigación, que todavía necesita de ampliación en Brasil.

**Palabras clave:** Metodología de Investigación. Paridad y asimetría racial. Blancos. Relación entrevistador-entrevistado.

### *L'IDENTITÉ RACIALE DE LE CHERCHEUR À CONSIDÉRER: PARITÉ ET ASYMÉTRIE RACIALE*

#### **RÉSUMÉ**

Parité ou raciale asymétrie dans la recherche sur les relations interraciales sont les thèmes principaux de cet article, qui a été écrit à partir de l'expérience d'un chercheur blanc qui a interviewé des sujets blancs et noirs. Les expériences de ces deux auteurs ont démontré que la parité raciale comme le asymétrie racial dans l'interaction des chercheurs avec différents sujets dans les études sur les relations raciales peuvent être importants pour émergentes les différents aspects des relations raciales du Brésil.

**Mots-clés:** Méthodologie de la Recherche. Parité et la asymétrie raciale. Blancher. Relation Interviewer-interrogée.

Tá vendo Lia, não sei por que você estuda isto de racismo antinegro!?! Eles, agora, estão querendo ficar que nem nos Estados Unidos. Olha este congresso: só têm negros! Tá vendo como eles mesmos se segregam... Isto sim é racismo! (comentário sobre o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE – feito por Rogério, branco, antropólogo, 38 anos)

Negro na antropologia só estuda coisa de negro, já viu? É história da África, raça, ações afirmativas, candomblé e samba... Por que eles não estudam coisas normais que nem a gente? É por isso que as pesquisas ficam enviesadas. (Vanessa, branca, socióloga, 26 anos)



Comentários como esses são importantes para problematizarmos a representação que, hegemonicamente, se tem de raça e de produção científica; bem como para considerarmos que os fenótipos dos pesquisadores imprimem marcas (ou podem imprimi-las) em suas interações com os entrevistados e, por conseguinte, em suas pesquisas, especialmente quando seus estudos versam sobre temas ligados à categoria de raça, mas não exclusivamente nesses casos.

Neste artigo, essas epígrafes funcionam como um dos apoios para nosso argumento de que, de maneira geral, a interação entre pesquisador e pesquisado está relacionada com a forma como a ideia de raça é por eles apropriada; isto é, postulamos que, no momento da realização do campo da pesquisa, pesquisadores e pesquisados olham-se por meio de uma lente racializada, mesmo que tacitamente.

Aqui cabe perguntar quais são os pressupostos e a lógica que embasam comentários como aqueles feitos por Rogério e Vanessa?<sup>4</sup> Por que razão, no Brasil, em congressos de sociologia, psicologia ou outras áreas correlatas, onde é notório que a grande maioria dos pesquisadores são brancos, comumente não se questiona a não participação de negros, ou a participação quase irrisória de pesquisadores pertencentes ao grupo racial majoritário brasileiro?<sup>5</sup> A não presença deles em eventos de cunho acadêmico indicaria segregação racial? Pesquisar história da Grécia Antiga ou da Europa é estudar o normal? Por que frequentemente essas pesquisas não são consideradas racializadas? Histórias de grupos europeus não são propagadas como se fossem exclusivamente de brancos? Por que pesquisadores brancos que estudam assuntos ligados à negritude não são acusados de enviesarem suas pesquisas? E por que quando se trata de negros que estudam brancos há um olhar de descrédito, tal como anunciado por Vanessa?

Temos como pressuposto que tanto a relação branco com branco, negro com branco, branco com negro, e negro com negro revelam dados de pesquisa a ser considerados. Para isto, iremos problematizar o postulado de paridade racial; ou seja, de que para se obter dados mais fidedignos pesquisadores e pesquisados deveriam ser da mesma raça. Acreditamos que tanto a paridade como a assimetria racial podem contribuir de forma significativa com estudos críticos sobre raça no Brasil.

Isto posto, relataremos algumas de nossas experiências de pesquisa. São relatos de uma pesquisadora branca que entrevistou sujeitos brancos e negros, de um pesquisador negro que realizou sua pesquisa sobre branquitude e de uma pesquisadora negra que teve seu campo de pesquisa voltado para sujeitos negros. Respectivamente, trata-se de estudos feitos por Lia, Lourenço e Eliane.

---

<sup>4</sup> São fictícios os nomes citados de sujeitos entrevistados ou de sujeitos com os quais tivemos conversas pontuais.

<sup>5</sup> Segundo dados do IBGE (2011), a população brasileira é composta por mais de 50% de pessoas que se autocalificaram como negros. Fonte: *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 30 de abril de 2011.



## LIA E ENTREVISTADOS BRANCOS OU INTERAÇÕES BRANCO-BRANCO

Neste tópico, abordamos alguns aspectos concernentes à minha experiência de entrevistar sujeitos brancos, configurando-se, assim, uma relação de paridade racial.

Trata-se de um recorte da minha pesquisa de doutorado intitulada “Entre o ‘encardido’, o ‘branco’ e o ‘branquíssimo’: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”, e que teve como objetivo compreender de que forma a categoria raça é apropriada por sujeitos brancos na cidade de São Paulo, assim como investigar de que modo a ideia de raça constitui-se e é constituída por estes sujeitos na produção da identidade racial branca – branquitude.

Para esse estudo, foi necessário investigar quais os significados que diferentes pessoas brancas atribuem como características da branquitude e de que forma estas estão relacionadas à ideia de raça produzida e compartilhada na cultura brasileira. Para a apreensão dos dados, foi utilizado o instrumento da entrevista e também conversas cotidianas pontuais e informais sobre a temática, as quais ocorreram em lugares como casa de amigos, grupos de estudos, cafés situados dentro de universidades, bares, festas, exposições, etc. Lugares em que o tema da pesquisa apareceu como assunto, polêmica, piada, brincadeira, discussão implícita ou explícita.

Essas conversas informais que tive e ouvi *com e de* diversas pessoas revelaram-se como um dos aspectos metodológicos fundamentais para o desenvolvimento da referida pesquisa, mesmo porque, como é notório e como a literatura indica, falar explicitamente sobre raça e racismo no Brasil não é algo fácil.<sup>6</sup> Lembrando a clássica expressão de Florestan Fernandes (1972, p. 42): “O brasileiro tem preconceito de ter preconceito”.

Deste modo, cito dois exemplos ilustrativos. Em uma festa, um conhecido me perguntou o que eu estudava. Em linhas gerais, respondi-lhe que buscava entender o que era ser branco no Brasil, estudava, pois, “branquitude”. Expliquei-lhe que, no Brasil, os estudos acerca do racismo eram, na sua grande maioria, feitos sobre pessoas negras, isto é, sobre aqueles que cotidianamente enfrentam a ideologia e práticas racistas, e que era necessário também entender os atores dessas práticas.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Em 1995, uma pesquisa do Datafolha constatou que 89% dos entrevistados disseram que no Brasil havia preconceito de cor em relação aos negros e, paradoxalmente, 88% dos mesmos entrevistados afirmaram que não tinham preconceito em relação aos negros. Em 2003, pesquisa da Fundação Perseu Abramo colheu que 91% dos entrevistados reconheciam que existia preconceito de cor em desfavor dos negros; porém, 96% negaram que eram preconceituosos em relação aos negros. Fonte: <www.fpa.org.br>.

<sup>7</sup> Não partimos do pressuposto de que apenas os brancos brasileiros são racistas, já que hegemonicamente o Brasil revela-se como um país racista, o que pode levar tanto brancos como negros a incorporarem a ideia de superioridade racial branca. No entanto, as consequências da ideologia racista atuam diferentemente na constituição das identidades raciais dos brancos e dos negros.



Interessado na pesquisa, esse amigo (branco) resolveu perguntar para outras pessoas da festa – consideradas por nós dois como brancas – qual era a raça delas. Registro aqui algumas das respostas:

Raça? Sou tupi-guarani! (moça ruiva de olhos azuis)

Eu? Sou rottweiler. Aliás, sou mais brava que esses cachorros. (moça loura e de olhos azuis)

Raça? Que pergunta é esta? Ué, sou da raça humana. (moço branco de cabelos castanhos)

Eu? Sou marciano. (moço louro)

Entre as 15 pessoas abordadas, apenas uma respondeu que era branca. O que foi ao encontro de minha hipótese anteriormente formulada de que não necessariamente os brancos se reconheciam prontamente como brancos.

Ainda instigado pela temática, meu amigo cogitou a hipótese que o mesmo aconteceria entre os negros. A partir da literatura estudada, disse-lhe que achava que os negros também apresentariam uma variabilidade de respostas àquela pergunta; porém, elas supostamente estariam ligadas a diferentes nomes dados à cor da pele. Naquela mesma festa, entre os músicos, havia quatro pessoas que considerávamos negras. Meu amigo, então, resolveu fazer-lhes a mesma pergunta. As respostas foram:

Sou negro. (Moço de cabelos pretos e crespos)

Minha raça? Minha raça é a raça morena! (Moço de cabelos pretos e lisos)

Sou de pele escura. (Moço de cabelos pretos e crespos)

Sou negra. (Moça de cabelos pretos e crespos)

Com esses exemplos podemos considerar que a possibilidade de brincar, desconsiderar, desdenhar, rearranjar e mesmo de desracializar-se – descolando-se da instável categoria de raça – foi encontrada entre os brancos, que associaram raça à humanidade, cachorros, etnias indígenas, alienígenas. Esta mesma maleabilidade não apareceu entre os sujeitos negros abordados. Estes retrataram o pertencimento racial a partir do próprio fenótipo, mostrando que há uma provável impossibilidade dos sujeitos negros brasileiros de desracializarem-se.

Essas passagens evidenciam uma das facetas daquilo que fez com que Ruth Frankenberg – uma das precursoras dos estudos sobre branquitude – definisse a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo. Uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo: a raça (Frankenberg, 1999). Ideologicamente, o negro é visto como racializado, o branco não.

O segundo exemplo refere-se a um conversa pontual que tive com uma médica no momento de uma consulta clínica. Ao descobrir que no doutorado, eu estudava os brancos, ela comentou:



Ai, que bom, alguém neste mundo estuda os brancos! Realmente estamos precisando de espaço, você viu que agora querem dar cotas para os negros não só na Universidade, mas também na passarela?

Com base nessa fala, podemos conjecturar que, em interações de paridade racial, quando o entrevistado – ou alguém que nos oferece dados para uma pesquisa – estabelece um contato em certo grau tranquilo como o pesquisador, conteúdos críticos por ele veiculados talvez sejam mais espontaneamente explicitados do que em uma situação de dissemetria racial.

Supostamente, o fato de eu ser branca possibilitou a essa médica e a outros sujeitos entrevistados sentirem-se confortáveis para descrever com certa facilidade momentos em que foram atores de atitudes racistas, para afirmar a superioridade racial do branco no que se refere a padrões estéticos, culturais e morais, bem como para criticar o sistema de políticas afirmativas relacionadas aos negros. Provavelmente não pressupunham que me ofenderiam ao desconsiderar temáticas ligadas à negritude. E mais: talvez acreditassem que me agradariam ao comprometerem-se com o enaltecimento dos sujeitos brancos. Hipoteticamente, viam em mim alguém que iria defendê-los, como se eles estivessem sendo injustiçados pelas políticas afirmativas, dentre outras ações ligadas ao combate contra o racismo brasileiro.

Acrescido a esse fator racial, tal como ressaltara Bourdieu (1997), o fato de a maioria dos sujeitos me conhecer – pelo menos de vista e às vezes por ser do mesmo ciclo de amizade – foi também uma importante via a me conduzir a conteúdos emocionais dos sujeitos da pesquisa.

## LIA E ENTREVISTADOS NEGROS OU INTERAÇÕES BRANCO-NEGRO

Dois trechos de duas entrevistas serão aqui utilizados com o intuito de indicar que a assimetria racial igualmente pode colaborar com o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a temática racial no Brasil.

O pequeno trecho que será retratado da primeira entrevista refere-se a uma conversa realizada com Rose, uma moça mineira, moradora do bairro paulista Jardim Ângela, de classe baixa, e empregada doméstica de uma residência situada em local nobre de São Paulo, o bairro Jardim Europa. Ela se autodeclarou morena escura, porém, a considero negra.

No início dessa entrevista, quando entreguei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que Rose o assinasse, ao ver o meu sobrenome, ela disse: “Que nome chique! Estou me sentindo importante ao ser entrevistada por você.” Ao longo da entrevista, Rose mostrou-se confortável em falar de sua vida e de sua *morenidade*. Neste caso, o fato de eu ser branca não se configurou como um impedimento para a realização da pesquisa, ao contrário.

Essa conversa teve como intuito compreender como a categoria raça constituía a identidade de sujeitos negros. E foi feita com base na compreensão de que há, no Brasil, um tácito pacto racial entre



brancos e negros, isto é, de que sujeitos brancos e negros alinham-se (ou podem se alinhar) em torno da ideologia do branqueamento da nação. Fanon (1952 [1980]) e Memmi (2007 [1973]) são alguns dos autores que nos dão fundamento para pensarmos sobre esses arranjos psicossociais.

Em 1952, Fanon publicou um de seus livros de grande repercussão, o “*Pele Negra, Máscaras Brancas*”, no qual discutiu temáticas relacionadas à questão da raça e da relação entre colonizador e colonizado como categorias importantes para se entender a constituição relacional da subjetividade de sujeitos brancos e negros.

Segundo o autor, a opressão colonial e o racismo da própria estrutura da colonização dominaram não só política, cultural, histórica e economicamente os países vinculados ao colonialismo, como também dominaram subjetivamente os colonizadores e colonizados. Trata-se do que hoje em dia tem sido conceituado como racismo institucional (Wiewiorka, 2006).

Mormente, no caso dos negros colonizados, a consequência teria sido uma não aceitação da sua autoimagem, da sua cor, o que em grande medida resultou em um alinhamento psíquico deles com o ideal ideológico de branqueamento. Assim sendo, a construção do que o autor chamou de máscaras brancas começaria com a autorrejeição do negro como negro, como tentativa de abolir características estereotipadas associadas negativamente a ele e propagadas em diferentes sociedades ocidentais. (Fanon, 1980 [1952])

Nessa mesma obra, afirmou que o racismo subjetivado pelos negros também foi apropriado pelos brancos, embora em uma relação assimétrica. O efeito, no tocante ao funcionamento psíquico dos sujeitos brancos, foi a propagação de um sentimento de superioridade em relação aos não brancos.

Memmi (2007), em “*Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*”, debruçou-se sobre as consequências da colonização para o colonizado e também para o colonizador. Com minúcias, dissertou acerca de relações construídas sócio-historicamente de maneira hierárquica. Mais especificamente, escreveu sobre situações em que a ideia de superioridade dos colonizadores europeus foi apropriada pelos sujeitos dos dois polos dessa modalidade de dominação – colonizadores e colonizados. Neste sentido, e aproximando-se dos estudos da branquitude que procuram colocar a lógica opressora em xeque, o autor descreveu não só a violência cometida contra o colonizado, como também os privilégios adquiridos pelo colonizador a partir da estrutura colonial de aviltamento. O autor afirmou que, nessas relações desiguais:

A primeira tentativa do colonizado é mudar de condição mudando de pele. Um modelo tentador muito próximo se oferece e se impõe a ele: precisamente o do colonizador. Este não sofre de nenhuma de suas carências, tem todos os direitos, beneficia-se de todos os prestígios, dispõe das riquezas e das honras, da técnica e da autoridade. Ele é enfim, o outro termo de comparação, que esmaga o colonizado e o mantém na servidão. (Memmi, 2007, p. 162)



Podemos considerar que os trabalhos feitos por esses dois teóricos em tempos longínquos ainda hoje nos ajudam a compreender a fato de Rose reconhecer-se como morena e achar chique um sobrenome de origem euroasiática. Trata-se da herança das marcas do colonialismo e da perpetuação contemporânea das desigualdades raciais existentes entre brancos e negros.

A outra situação refere-se ao contato com Júlio, rapaz negro, de classe média, participante do movimento negro unificado, doutorando em geografia. Neste caso, perguntei-lhe sobre sua relação com a militância, e como esta teria colaborado com a assunção de uma identidade negra afirmativa.

Além de se reconhecer como negro, Júlio denunciou cenas de racismo que havia sofrido, e também a estrutura racista brasileira que privilegia brancos em detrimentos de negros. No entanto, o entrevistado sentiu-se desconfortável para fazer críticas ao movimento negro. Supostamente, se as fizesse poderia “entregar o ouro ao bandido!”

Caso a pesquisa fosse uma investigação sobre o movimento negro, ser branca, quem sabe, poderia se configurar como uma desvantagem. Na pesquisa anterior, caso eu quisesse entender elementos referentes à relação entre brancos e negros, ser branca talvez fosse vantajoso, ou, ao menos, não impeditivo para a realização da pesquisa. Ou seja, podemos pensar que tanto a paridade como a assimetria podem ser mote para a realização de pesquisas sobre relações inter-raciais no Brasil.

### OLHARES DE LOURENÇO OU UM PESQUISADOR NEGRO E OS PESQUISADORES BRANCOS PORTUGUESES

Em Coimbra, em 2008, defendi o meu mestrado intitulado “O branco ‘invisível’: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)”. Este estudo se pautou na inversão da lógica da subalternização. Por outras palavras, o oprimido falar do opressor, o objeto falar do pesquisador, o negro falar do branco.

As conclusões que pude chegar restringiram-se à análise documental da produção acadêmica de pesquisadores brancos e não brancos. Portanto, não analisei os pesquisadores de maneira direta. Assim sendo, não tive a experiência de ser observado como negro pelos pesquisadores dos quais analisei suas produções, mas o fui pelos intelectuais brancos portugueses com os quais não raramente conversei sobre minha pesquisa. E se eles me observaram, eu também. Minha vivência em Coimbra, nos dois anos de elaboração da dissertação, propiciou-me olhar com acuidade para questões atinentes às relações inter-raciais.

Nesta minha intenção de inverter a lógica, encontrei estranheza por parte da maioria dos intelectuais brancos com quem dialoguei. Isso significa que, no consenso, eles sustentavam que o foco da análise sobre o racismo fosse restringido ao negro como objeto (Piza, 2002). Pensar sobre o branco parecia incômodo para muitos desses pesquisadores.

De maneira geral, esses acadêmicos, apesar de suas experiências em analisar aqueles considerados subalternizados, não refletiam sobre os privilégios do grupo ao qual eles próprios pertenciam.





Em uma suposição, diria que a estranheza do branco de se pensar como objeto se torna maior, se porventura, for objeto de investigação de um pesquisador negro. (Santos et al., 2005)

Lembro-me vivamente que, ao chegar em Coimbra, não deixei de ser visto como negro, depois, negro e ativista. Os olhares nos Centros Acadêmicos sobre mim eram constantes. Nem sempre foram necessárias as devidas apresentações para que eu fosse encaixado nos estereótipos de negro-militante. O primeiro critério dessa classificação era a minha aparência física. Por vezes, classificavam-me como negro e brasileiro, ou então, quando não distinguiam o sotaque, como negro e angolano.

Se o pesquisador Boaventura de Sousa Santos (1995), ao realizar sua pesquisa na favela do Jacarezinho, na cidade do Rio de Janeiro, foi pelos moradores daquela comunidade reconhecido como um estranho; a maneira estereotipada sob a qual muitas vezes fui visto naquela cidade portuguesa pode ser comparada, metaforicamente, com a imagem de um morador da favela que entrou na academia (Teixeira, 2003; Pinto, 1998). Ótica que coincide com a maneira como constantemente sou classificado no Brasil, quando frequento espaços culturais em localidades consideradas de elite, onde geralmente não se encontram negros.

Meu intuito de escrever sobre a branquitude versava como ferramenta para se fazer frente ao racismo; a dos pesquisadores que se inquietaram com minha pesquisa era a de provavelmente tentar me manter no suposto lugar psicossocial do qual o negro “não deveria sair” – o de não pensador.

Ainda que eu tenha feito o oposto daquilo que Vanessa, no depoimento inicial deste artigo, indicara como “problema metodológico” – negro que investiga temáticas negras –, minha pesquisa não deixou de, informalmente, carregar uma pecha, de ser considerada enviesada, fora de lugar. É possível pensarmos que não apenas a questão da paridade racial ou da assimetria racial é posta em questão para pesquisadores negros e brancos, mas, sobretudo, que o fato de negros serem pesquisadores pode provocar algum incômodo.

## ELIANE E ENTREVISTADOS NEGROS OU INTERAÇÕES NEGRO-NEGRO

A primeira coisa que eu fiz foi olhar na sua cor. Quando eu quis sentir medo, o pensamento foi assim: “será que não é mais alguma vez alguém mandando uma pessoa aqui pra nos caçar”, porque eu pensei: pode ser um contratado que está vindo aqui. Mas eu pensei: péra aí, vamos conversar, vamos tentar descobrir o que ela quer. Que foi difícil você conseguir alguma coisa da primeira vez. Segundo, a gente ficou um pouco mais aliviada porque o pessoal da Fundação ITESP falou que você ia aparecer na comunidade, que a qualquer momento você ia aparecer na comunidade, ou acompanhada ou sozinha. Deu uma tranquilizada. (Lina)

Se eu tivesse vindo direto... (Eliane)

Eu acho que você não levava nada daqui não. Mas depois passou, dessa vez não



fomos caçados! Depois a gente chegou à conclusão que o medo foi igual, mas quando a gente sentou e conversou [entre eles] a gente chegou à mesma conclusão: vamos encarar tudo junto... Acho que não há na vida nada mais difícil que o medo. (Lina)

Ao falar do medo de ser caçada, Lina se referia ao temor de ser escravizada. Com base nesse e em outros relatos, escrevi a tese de doutorado intitulada: “Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo paulista”. Neste estudo, pesquisei se há relação entre a implantação da política pública de titulação de terras quilombolas e o fortalecimento de uma identidade racial negra entre os quilombolas entrevistados. Destarte, se essa política pública opera psiquicamente como dispositivo contra o racismo.

A frase de Lina anuncia que entre eles há uma sensação de vulnerabilidade, que as marcas psíquicas e sociais impostas pelo processo de dominação colonialista e reatualizadas pelos processos do racismo contemporâneo ainda ali reverberam. O medo atual mencionado aparece porque o contexto brasileiro no qual Lina vive é o de liberdade entre aspas.

Temor constante, o medo do ataque do de fora e da perda do que conquistaram convive com os moradores do quilombo pesquisado.<sup>8</sup> Como explicitado pela entrevistada, no tocante ao primeiro contato que tiveram comigo, a minha própria negritude também lhes causou receio, como se eu pudesse ser uma *capitã do mato*, uma negra contratada para coagir.

A trisavó materna de Lina foi caçada a laço nas redondezas onde ela – a trineta – atualmente vive. Do ponto de vista intersubjetivo, no quilombo em questão, a imagem da violência originária posta no corpo dos escravizados tem sido transmitida de geração e geração. Daquele horror ancestral vivido ainda resta, entre outros elementos, uma imagem de corpo imobilizado, amarrado pelo pescoço, pelos braços ou pelas pernas, como se faz com os animais para o abate. Há uma imagem de um laço (laço-corda e laço-vínculo) que os arrasta para o abismo. O outro, o fora dali é (ou pode ser) um assombroso adversário. Essa é uma das marcas que os perseguem e que rege a organização da vida psíquica entre os moradores de lá.

---

<sup>8</sup> O que não significa dizer que essa é uma constante em outros quilombos brasileiros. Neste sentido, vale registrar que, apesar dos quilombos brasileiros terem surgido em contexto de penúria, e, assim, de partilharem histórias dolorosas comuns, cada um deles enfrenta essas marcas psíquicas e políticas de forma singular. Como este artigo não se volta para a temática quilombola, optamos por não localizar o quilombo nem mesmo por retratar outras dinâmicas que lá se encontra. Para detalhes sobre a temática quilombola, ver Costa (2012). Embasamo-nos na frase mencionada por Lina para, emblematicamente, pensarmos metodologias de pesquisa que envolvem paridade racial entre negros e, com isto, para abordarmos entrevistas realizadas com sujeitos que historicamente passam por processos persistentes de aviltamento.



Ao reconhecer a importância da mediação de minha presença pela Fundação ITESP, Lina salientou aquilo que Kalmus (2010), apoiada no pensamento de Bourdieu, destacara acerca de entrevistas realizadas principalmente com pessoas que carregam histórias de humilhação ou opressão. A autora apontara que procedimentos de pesquisas – como entrevistas – podem repercutir como um ato de violência para o entrevistado, sendo necessário, para que esse efeito não ocorra, a construção de uma relação de confiança e respeito pela cultura e valores do entrevistado, assim como a criação de outras condições que diminuam aquele risco, tal como acontece quando o entrevistado é apresentado ao pesquisador por um conhecido comum. (Kalmus, 2010)

No Estado de São Paulo, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) é o órgão público estadual responsável pelo processo de titulação das terras quilombolas paulistas. Ela é, pois, conhecida de Lina e de outros quilombolas paulistas há longa data.

Os quilombolas brasileiros são povos negros rurais.<sup>9</sup> Via de regra, compõem a longa faixa brasileira em que há o cruzamento entre raça negra e pobreza, ou antes, extrema pobreza. Passam, pois, pelo persistente processo histórico de *humilhação política* (Gonçalves Filho, 1988), ou mesmo por constantes ameaças de morte; é por isso que, em função principalmente dessa opressão, alguns deles (mas não todos) agem com cautela, olham por trás da janela, agem com suspeita, esperam, sondam, decidem coletivamente entre seus pares, pois o perigo pode vir a qualquer instante. Vivem em estado de alerta, protegendo-se.

Ficar à espreita, mesmo sendo uma atitude frágil, é proteção contra um possível julgamento de um olhar que desdenha, contra o roubo de si e de seus bens, contra um ataque qualquer. É proteção e inquietação: o que ele quer de mim? Quando vai embora? Vai embora? É abrigo contra o golpe da chibata – da elevação do branco em detrimento do negro, da valorização da vida urbana em prejuízo da rural, da educação formal em oposição àquela aprendida na vida diária, do rico em aversão ao pobre.

Foi com essas dores que Lina, seus familiares e vizinhos me receberam, tendo sido primordial a mediação feita pela ITESP – ela deu lastro para que a pesquisa acontecesse. E se inicialmente desconfiaram de mim, aos poucos o mal-estar deu vazão para uma relação de confiança. Conforme carta escrita por outra entrevistada:

Tive o prazer de hospedar em minha casa Eliane, pesquisadora da USP. Foram dias alegres e maravilhosos, que tivemos. Fomos [de roupa comprida mesmo] nadar no rio e fomos às casas de vizinhos. Eu tinha uma ideia diferente dela, mas ao conhecê-la, pessoalmente, fiquei sua amiga e passei a gostar muito da sua pessoa... Ela é simples,

---

<sup>9</sup> No Brasil, há também quilombos urbanos, mas são poucos os que são reconhecidos e formalmente titulados.



amiga, alegre. Hoje eu a considero como uma amiga e vou guardar essa amizade. Eu dei entrevista para ela. Falei sobre minha vida e como me sentia em relação a ser uma quilombola. Gostei muito de dar entrevista. Ah, ela entrevistou outras pessoas da comunidade, por exemplo, minha mãe, que falou sobre ser uma pessoa quilombola. (Aline)

Disse Guimarães Rosa que amigo “é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado” (1994, p. 248). Por assim dizer, a amizade é esteio, é entrega, é parceria que desata amarras e enlaça a companhia pelo gosto de querer prostrar, de querer partilhar o mesmo chão, o mesmo rio, o mesmo horizonte – igualitário.

Inspirada no literário, Bosi (2003) sugere que o processo de pesquisa “ideal” é aquele em que, desarmados, há a formação desse laço de amizade entre entrevistador e entrevistado. Assim sendo, do ponto de vista metodológico, o que faz diferença é o posicionamento que o pesquisador deveria ter ao longo da pesquisa: o de estar junto.

Na medida do possível, Lina, Aline e eu desarmamo-nos, não só porque eu não cheguei de surpresa, mas porque, com vagar, tivemos tempo para nos conhecer. Em suas companhias, tive acesso a histórias singulares que foram transcritas em folhas entregues a elas e aos demais entrevistados. Folhas e narrativas transformadas em uma tese discutida com elas e com os demais. Foram anos de pesquisa construída conjuntamente.

Medo lá ainda há. Porque dá medo ser negro neste país que historicamente conspira contra os povos negros e também contra os rurais. Porque há medo no sertão (Guimarães Rosa, 1994). Todavia, projetos e resistências também são muitos naquele pequeno povoado de terras de pretos. Especialmente, defendem suas terras quilombolas e desejam ampliar seus saberes sobre a história do negro para além das dores ligadas ao racismo e ao colonialismo.

\*\*\*

Discutir paridade e assimetria racial em pesquisas qualitativas requer pensar em efeitos psíquicos e sociais que o colonialismo e o racismo impuseram em sujeitos brancos e negros. Nem todos os brancos se identificam com a branquitude. Nem todos os negros se identificam com o ideal de branqueamento apregoado pelo racismo; assim sendo, nem todos negam sua própria negrura. Não se identificar com essas modalidades de dominação exige trabalho psíquico intenso, consciente, cotidiano. Demanda labuta psíquica e política colocar-se contra a maré.

Aqueles que ficam em um grau significativo, amalgamados à branquitude, solicitam cúmplices, por isso, não por acaso, olham para o pesquisador como se esse fosse um. O corpo branco do outro se torna suporte para seus posicionamentos. Narram com minúcias seus pensamentos miúdos.

Aqueles que sofrem com o atravessamento desses posicionamentos reles, frequentemente solicitam acolhimento. Veem no corpo negro do outro, instabilidade, incerteza. A negrura alheia não lhes dá necessariamente conforto. É preciso que o instante do primeiro contato com o forasteiro seja



transformado em um pensar em companhia. É preciso saber do estrangeiro para além do corpo. É necessário decifrar seu pensamento, seus posicionamentos. Do contrário, a conversa não andará, ou será um discurso pronto, oco, talvez irônico, feito para se livrar do encontro não querido. Ainda assim, esses poderão ser dados para análise de pesquisa, caso seja o intuito do entrevistador simplesmente realizar uma pesquisa.

Branco que pelejam contra a branquitude talvez também queiram saber mais do que a cor branca do entrevistador, quem sabe também sejam irônicos ou queiram acidamente marcar sua postura contra o racismo, talvez até mesmo prefiram um entrevistador negro, por supor que este será mais fiel à sua tentativa de enfrentar o racismo.

Negros que se afirmam como tal, talvez no primeiro instante já olhem para o negro entrevistador como um provável parceiro e queiram discorrer sobre suas visões de mundo, ou até mesmo prefiram participar de uma entrevista desenvolvida por um branco para que, assim, seu combate ao racismo seja propagado entre aqueles que precisam se reconhecer como mantenedores dessa prática de opressão.

Provavelmente, negros como Rose que habitam psíquica e socialmente a zona de pseudoconforto da *morenidade* sentem-se menos convocados a pensar sobre si e sobre o racismo quando em conversas com brancos. Acerca disso, a pesquisadora negra norte americana Twine (1999), no artigo “Racial Ideologies and Racial Methodologies”, fez menção à dificuldade que sentiu ao pesquisar negros brasileiros, pois, diferentemente de seu país natal – onde os negros se organizaram para a luta dos direitos civis, construíram uma consciência racial coletiva sólida, e estão presentes nos mais variados lugares sociais de poder –, no Brasil, os negros não estão acostumados a ver pesquisadores negros. Neste país que tem como ideal de beleza e de sapiência o branco, Twine foi vista com descrédito, foi desvalorizada como pesquisadora por negros e brancos.

Negros e brancos, quem deve estudar quem? Acreditamos que a paridade e a assimetria racial são recursos possíveis e necessários para a realização de pesquisas acerca das relações raciais, cada qual colabora de forma singular com esse que é um campo de pesquisa que ainda precisa ser ampliado no Brasil.

Se há risco em inverter a lógica da subalternização, esse risco pode proporcionar estudos inaugurais. Como é o caso do próprio estudo de Twine (1999), que, fundamentada no pouco caso que brancos brasileiros tiveram com ela, escreveu seu artigo sobre o racismo no Brasil; assim como do estudo da doutora Maria Aparecida Bento (2002), que versa sobre branquitude; e da dissertação de mestrado “Significados de ser branco – a brancura no corpo e para além dele”, de Luciana Alves (2010), pesquisadora negra que entrevistou professores brancos e de outras identidades raciais da educação básica com o intuito de investigar suas concepções do que significa ser branco.



Para além da cor do par entrevistador-entrevistado, o desenrolar de uma pesquisa depende de como se dá o encontro entre eles e do que se pretende compreender e investigar. É preciso que os dois lados do par surpreendam-se. Não há construção de saber sem riscos.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, L. *Significados de ser branco – a brancura no corpo e para além dele*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BENTO, M. A. S. “Branqueamento e branquitude no Brasil”. In: CARONE, I. e BENTO, M. A. S. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes: 2002, p. 25-57.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Cotia: Ateliê: 2003.

BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes: 1997.

CARDOSO, L. *O branco ‘invisível’: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil [Período: 1957-2007]*. Dissertação (Mestrado em Estudos Sociais), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

COSTA, E. S. *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator: 1980. Texto original publicado em 1952.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel: 1972.

FRANKENBERG, R. *White women, race masters: The social construction of whiteness*, University of Minnesota Press, USA, 1999.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social – um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 9, n. 2, 1998, p. 11-67.

KALMUS, J. *Ilusão, resignação e resistência: marcas da inclusão marginal de estudantes das classes subalternas na rede de ensino superior privada*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2007. Texto original publicado em 1952.

PINTO, L. A. C. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças em uma sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ: 1998.



PIZA, E. Porta de vidro: entrada para branquitude. *In:* CARONE, I. e BENTO, M. A. S. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes: 2002, p.59-90.

GUIMARÃES ROSA, J. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar: 1994. Texto original publicado em 1956.

SANTOS, B. de S. The Law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in pasargada. *In:* \_\_\_\_\_. *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. Nova Iorque: Routledge: 1995, p. 123-249.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, M. de P. *Negros na universidade: identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas Editora: 2003.

TWINE, F. W. Racial ideologies and racial methodologies. *In:* TWINE, F. W. e WARREN, J. W. (Eds.). *Racing research, researching race: Methodological dilemmas in critical race studies*, New York: NYU Press: 1999, p. 1-34.

WIEVIORKA, M. *Em que mundo viveremos?* São Paulo: Perspectiva: 2006.

*Recebido em julho de 2012*  
*Aprovado em setembro de 2012*